

ENTREVISTA/ FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO

Presidente do Superior Tribunal Militar (STM)

Tenente-brigadeiro do ar defende a separação entre as duas atividades

"Militares que queiram ir para a política têm que se afastar das Forças Armadas"

Lucas Passamani
Presidente do Superior Tribunal Militar (STM), o tenente-brigadeiro do ar Francisco Joseli Parente Camelo não usa meios-termos quando assunto é a participação de militares da ativa na política. Em entrevista ao Estado de Minas, ele deixou bem clara a sua posição a respeito: "Militar não é para estar em funções políticas. Os militares têm uma atividade muito específica, dentro das Forças Armadas. Compete às Forças Armadas a defesa da pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de seus membros, a ordem e a paz social do país. É diferente, portanto, que os militares tenham representações na política, mas desde que deixem as Forças Armadas. Militares que queiram ir para a política têm que se afastar. Não é tanto que um militar vá para a política, desde que seja afastado porque é bom que tenhamos representantes no Congresso Nacional, mas não concordo que ele permaneça [nas Forças Armadas]".



6
Não é ruim que um militar vá para a política, desde que seja afastado, porque é bom que tenhamos representantes no Congresso Nacional, mas não concordo que ele permaneça nas Forças Armadas"

As 60 horas, natural de Fortaleza, Francisco Camelo tem uma passagem importante por Minas Gerais em sua trajetória. Ele se formou na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena, no Campo das Vertentes. Em rápida sucessão, passou por Belo Horizonte, onde veio participar do Congresso Jurídico de Direito Militar, o presidente do STM concordou em entrevista ao Estado de Minas sobre as atribuições da Justiça Militar, que completa 215 anos em abril, aspectos da Justiça de uma maneira geral e as investigações dos atos do Povo de São Jacinto, quando extremistas, investigações com o resultado da eleição presidencial de 2022 inválidas e depedaram o Tribunal Federal e o Congresso Nacional. Ele defende que a Justiça comum julga os envolvidos nos atos antidemocráticos e elega a situação do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, a quem se referiu como coronel. Confira a entrevista, feita antes do fato ocorrido na última sexta-feira, quando Moraes iniciou o início de investigação do caso e foi divulgado que um documento com ameaças para um juiz de Direito foi encontrado no celular do tenente-coronel Moura. O sistema de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Como é a atuação da Justiça Militar e qual o estrutura da instituição?
A Justiça Militar da União foi criada em 1808, logo que dom João chegou ao Brasil. Então, ele tem três províncias: a Justiça Militar, sobre os portos e navios e sete ministros. A importância da Justiça Militar é que nos temos a responsabilidade de manter a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas. É esse o objetivo maior. O Poder Judiciário também compete pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e abaixo tem os tribunais superiores, são eles: o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Superior Tribunal Militar (STM).

Militares podem ser julgados por outros órgãos? E a Justiça Militar também pode julgar civis?
Não, da Justiça Militar, julgamos os crimes militares definidos em lei. Então, civis podem cometer crimes militares, em uma situação em conjunto com um militar, por exemplo. Assim como os militares também cometem crimes comuns, como não vimos no dia 8 de janeiro, onde houve aquela depredação nas Três Poderes da República. Aqueles locais não estavam sujeitos à administração militar, então foi um crime comum, por isso está sendo julgado pela Justiça comum.

É por isso que a prisão do tenente-coronel Moura foi, diante de ordem do presidente Jair Bolsonaro (PL), foi feita pela Polícia Federal e não pelo Exército?
Foi preso pela Justiça comum porque cometeu um crime comum. Então, a prisão foi autorizada e ele foi recolhido para uma unidade militar. Ele é um militar na ativa e está sendo julgado nessa unidade.

Sobre os atos de 8 de janeiro, há algum caso na Justiça Militar?
Os dois primeiros casos de coronéis da reserva, estão julgados na primeira instância da Justiça Militar porque foram no dia 8, mas imediatamente o Comandante Militar do Brasil abriu um inquérito policial militar e esse inquérito foi conduzido pela primeira instância da Justiça Militar. São os dois processos que não estamos julgando hoje.

Como o senhor avalia a atuação geral do presidente do TSE, Alexandre de Moraes?
O Alexandre de Moraes teve realmente uma responsabilidade muito grande em todo o período eleitoral. Ele é presidente do TSE, então ele tomou algumas decisões, mas esteve sempre dentro da lei. "Ah, o Xandão fez isso ou aquilo" ou seja que ele tomou algumas decisões em momentos difíceis que nós passamos no nosso país e eu vi o ministro Alexandre de Moraes como realmente um grande jurista e não vejo essas incorreções que tanto lanço dele. Tem sido correto.

Alexandre de Moraes teve realmente uma responsabilidade muito grande em todo o período eleitoral. Ele é presidente do TSE, então, ele tomou atitudes corajosas, mas esteve sempre dentro da lei"

Uma proposta de emenda à Constituição de 2022 determina que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Qual é o importância dessa inclusão?
O Conselho Nacional de Justiça tem aquele papel não só de regulamentar, mas também de fiscalizar e julgar os magistrados. Nós, quando saímos da força no último posto e passamos a ser magistrados, recebemos todas as garantias das magistraturas. Nós estamos sujeitos às orientações do Conselho Nacional de Justiça. A Justiça Militar é a única dos tribunais superiores na área criminal que não está presente dentro do Conselho Nacional de Justiça. E nós recebemos orientações dele. Então, eles precisam que tenham um elemento nosso para que realmente as orientações venham num sentido melhor, num sentido mais correto. Então, é muito importante e nós estamos batallando muito nesta proposta de emenda à Constituição, que temos o general Mourão (senador pelo Rio Grande do Sul) como relator dessa matéria.

Ministro, como o senhor vê o questionário das pendências militares e como recebeu os resultados feitos pela lei de 2019?
Em 2019, foi feita realmente uma redução daquelas pessoas militares. O que acontece, as pensões não recebem, mas não continuam pagando aquela taxa, até para manter. Então, eu acho que foi um bom trabalho que foi feito. O trabalho que não é a questão da previdência militar não é definitiva, porque essas necessidades foram corrigidas naquele momento em que foi feita essa modificação. Então, concordo com toda a profundidade, porque eu não participei do processo, mas em linhas gerais, eu acredito que foi muito positivo.

Belo Horizonte recebeu, na semana passada, o Congresso Jurídico de Direito Militar. O que esse evento representa?
Nós temos três estados com um tribunal de Justiça Militar: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Além disso, nós temos a Justiça Federal, que tem o Superior Tribunal Militar. Então, como órgão máximo. Então, nós temos uma escola de aperfeiçoamento de magistrados na Justiça Militar e nós fazemos um rodízio. A cada ano, nós fazemos um seminário em uma dessas escolas que têm esses tribunais e, neste ano, foi eleito Minas Gerais. Um grande sucesso.

O senhor assumiu o cargo de presidente do STM em março. Quais são as prioridades e objetivos de sua gestão?
A prioridade primeira, e sei que é mais difícil de falar, é a gente construir a nossa sede no local destinado aos tribunais superiores. Nós temos o terreno e já fizemos o projeto executivo inclusive alicada ao lado do prédio do STJ. Somos o único tribunal superior que não está naquele local. O nosso prédio já tem 50 anos. Fica no setor de autarquias, que não tem nenhum plano de desenvolvimento dos nossos visitantes. Então, nós vamos trabalhar muito para conseguir esse recurso. Estamos em tratativa com o Poder Executivo com o próprio poder judiciário para ver se conseguimos esse trabalho a partir do ano que vem. Os recursos são no ordem de R\$ 600 milhões para construir um prédio em quatro, cinco anos da maneira que vier a divisão do recurso. Isso é a primeira. É um sonho que eu tenho certeza de que nós vamos transformar em realidade. A Academia do CNJ é outra prioridade.

Sobre os questionamentos do sociedade a respeito da Justiça Militar?
A gente fica muito preocupado com as redes sociais, com essas desinformações. Muita gente coloca a Justiça Militar da União como um órgão que seria para proteger os militares, quando não é realidade. Nós estamos ali para manter a disciplina e a hierarquia nas nossas instituições, nas nossas unidades, para os nossos militares. E isso nós fazemos desde 1808. Então, nós estamos ali para julgar os militares dos nossos militares e civis que cometem também, mas especialmente nos existimos para conditar aqueles militares que fazem um malfeito. Depois de ter a prova, o nosso papel conditar.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3